

A Trajetória de Carolina de Jesus: a representação do (não) lugar da mulher negra na Literatura Brasileira¹

La Trayectoria de Carolina de Jesus: la representación del (no) lugar de la mujer negra en la literatura brasileña

The Trajectory of Carolina de Jesus: the representation of the (non) place of black women in Brazilian literature

Joyce Cristina Farias de Amorim

Resumo: O presente artigo é o resultado de um estudo bibliográfico sobre a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), cuja análise foi desenvolvida à luz do pensamento feminista negro. O intuito foi apresentar e discutir de forma breve e significativa a trajetória histórica e intelectual da autora de *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada* (1960). Os pontos fortes analisados neste estudo refletem a questão da representatividade e da resistência da mulher negra intelectual e/ou mesmo da escrita literária de autoria feminina negra, culminando em reflexões sobre o (não) lugar da mulher negra, em espaços majoritariamente masculino e branco. Dessa forma, partindo deste pressuposto, o presente estudo se constituiu a partir do entrecruzamento de fios teóricos conceituais relacionados a gênero, raça, classe e literatura afro-brasileira, com base em Ribeiro (2019), Berth (2019), Souza e Lima (2006) e Duarte (2011), dentre outras referências.

Palavras Chave: Mulher negra. Representatividade. Feminismo. Literatura.

Resumen: Este artículo es el resultado de un estudio bibliográfico sobre la vida y obra de Carolina María de Jesús (1914-1977), cuya investigación se desarrolló a la luz del pensamiento feminista negro. El objetivo fue presentar y discutir de forma breve y significativa la trayectoria histórica e intelectual del autor de *Cuarto de desechos y otras obras* (1960). Las fortalezas analizadas en este estudio reflejan la cuestión de la representatividad y la resistencia de las mujeres negras intelectuales y/o incluso de la escritura literaria de autoras negras, culminando en reflexiones sobre el (no) lugar de las mujeres negras, en espacios predominantemente masculinos y blancos. Así, a partir de ese supuesto, el presente estudio se constituyó a partir de la intersección de hilos teóricos conceptuales relacionados con el género, la raza, la clase y la literatura afrobrasileña, con base en Ribeiro (2019), Berth (2019), Souza y Lima (2006). y Duarte (2011), entre otras referencias.

Palabras Claves: Mujer negra. Representatividad. Feminismo. Literatura.

Abstract: This article is the result of a bibliographical study on the life and work of Carolina Maria de Jesus (1914-1977), whose analysis was developed in the light of black feminist thought. The aim was to briefly and meaningfully present and discuss the historical and intellectual trajectory of the author of *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus* (1960). The strengths analyzed in this study reflect the question of representativeness and resistance of intellectual black women and/or even literary writing by black female authors, culminating in reflections on the (non) place of black women, in predominantly male and white spaces. Thus, based on this assumption, the present study was constituted from the intersection of conceptual theoretical threads related to gender, race, class and Afro-Brazilian literature, based on Ribeiro (2019), Berth (2019), Souza and Lima (2006) and Duarte (2011), among other references.

Keywords: Black woman. Representativeness. Feminism. Literature.

¹ Artigo apresentado como avaliação final e de conclusão de curso, de Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América-Latina, tendo sido orientada pela Prof.^a Dr.^a Adriane Raquel Santos de Lima. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO.

De acordo com Aronovich (2019), “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina” há séculos. E a manutenção desse sistema patriarcal se baseia em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. Ou seja, existe uma estrutura que, basicamente, contribuiu para que a mulher fosse vista historicamente como um ser inferior.

É bem verdade que, entre os séculos XIX e XX, um número significativo de mulheres intelectuais se faziam presentes na imprensa, no rádio, no teatro e outros espaços da arte e da cultura. Todavia, muitas delas faziam parte da alta sociedade. Ainda assim, é importante ressaltar que a representação dessas mulheres, ainda que mínima, foi muito significativa para a formação histórica nacional, sem falar nos nomes de mulheres negras que, apesar de não tão explorados pela historiografia, contribuíram para a formação identitária do país.

Pois, quando se pensa o recorte de raça, a representação de mulheres negras intelectuais é quase nula na historiografia brasileira ou mesmo na historiografia da literatura brasileira, tratando de forma mais específica. Não se quer aqui afirmar que elas (essas mulheres negras) não tenham ocupado os mais diferentes espaços como os acima citados. Na verdade, o que se sabe é que, ao longo da história, muito se demorou para o reconhecimento do protagonismo da mulher negra. Este é um debate que encontra nas raízes históricas da escravidão o embasamento necessário para compreender e combater o racismo e a misoginia ainda entranhados na sociedade contemporânea e que silenciaram nomes como o de Maria Firmina dos Reis e o de Carolina de Jesus. Ainda assim, é importante enfatizar que a história do povo negro não começa com a escravidão, e sim muito antes. Este é um debate amplo e complexo que se encontra no campo das relações de poder.

Pensando o poder de outra forma, pode-se dizer que, historicamente, a relação entre mulher e poder ainda é considerado insuficiente, e que “a relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. Falar dele é, então falar do ausente” (CARNEIRO, 2020, p. 274). É como dizer que, dentre tantas outras possibilidades, a mulher negra, durante séculos, foi relegada ao silêncio, à invisibilidade ou mesmo a um não-lugar. Resumidamente, o mais importante é compreender que “mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada” (CARNEIRO, 2020, p. 50).

Sendo assim, o presente estudo destaca o nome de Carolina de Jesus e a traz para o centro das discussões, por compreendê-la enquanto uma mulher negra intelectual muito representativa para a Literatura (Afro) Brasileira, bem como bastante significativa para o pensamento feminista negro. É por esses, dentre outros motivos, que aqui se apresenta e se discute a trajetória de vida e intelectual de Carolina.

Em suma, a escritora Carolina de Jesus se tornou bastante conhecida por meio da publicação da obra *Quarto de Despejo: O diário de uma favelada*, escrito entre 1955 e 1960. Foi um trabalho de reconhecimento internacional. Como sua principal obra, apresenta traços de uma narrativa literária de caráter testemunhal, na qual se constitui também pela autoficção. Carolina escreveu sobre a sua vida difícil na favela do Canindé, uma narrativa atravessada pela fome do alimento, de (re)existir, de sonhos e de escrever um livro.

1. Escrivências Negras: o legado intelectual de Carolina de Jesus na e para a História da Literatura (Afro) Brasileira

Escrivência é um termo muito utilizado por Conceição Evaristo, também uma escritora lite-

rária contemporânea. Este termo está diretamente ligado às narrativas de autoria negra nas quais a autora fala tanto de si como também evoca um “nós”. Por isso, denomina-se, neste, *Quarto de despejo* enquanto *escrevivências* de Carolina.

Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais. Era filha de uma lavadeira, e tinha outros sete irmãos. Teve uma vida difícil, e, por gostar de ler, chegou a ser acusada injustamente de feitiçaria, chegando a ser presa. Carolina conseguiu estudar somente até o segundo ano do primário, foi uma mulher que não teve a oportunidade de concluir sequer a educação básica, mas considerá-la analfabeta e/ou de pouca instrução seria uma análise muito simplista caso se considere o alto nível de conhecimento demonstrado em seu estilo narrativo.

Mesmo sem poder frequentar a escola por mais tempo como gostaria, Carolina desenvolveu um significativo gosto pela leitura e pela arte de escrever ao longo da vida. Era mulher cultíssima. Segundo a própria, dizia ter “apenas dois anos de grupo escolar, mas [procurou] formar o [seu] caráter” (JESUS, 1963, p. 31). Esta mineira se mudou para São Paulo, como muitos brasileiros, histórica e culturalmente, em busca de oportunidades. Trabalhou como empregada doméstica, mas, quando engravidou pela primeira vez, passou a morar na rua e a se sustentar como catadora de papel. Tempos depois, foi “despejada” na Favela do Canindé. É neste lugar que Carolina, de um modo tortuoso e doloroso, encontra um espaço para (sobre)viver e que também serviu, para o bem e para o mal, de inspiração para produzir seus escritos. Escritos estes que revelam os traumas e o sofrimento de se viver na favela, em condições subumanas, e, ainda assim, encontrava na leitura e na escrita a motivação para sonhar e manter-se viva, bem como manter viva a esperança dentro de si. Ansiava por dias melhores. Por uma melhor qualidade de vida. E apostava na publicação de seu livro.

Quarto de Despejo, título de seu livro, representa a metáfora do lugar onde Carolina residia. Nesta antologia, ela escrevera sobre o seu cotidiano, sobre tudo o que via e o que lhe acontecia de uma forma única, revelando em detalhes as injustiças sociais que a acompanhava, como ela bem relatou em muitas passagens da obra, como, por exemplo: “... Esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato felicidade” (JESUS, 1963, p. 72).

Conhecida como Bitita, Carolina teve três filhos, frutos de relacionamentos diferentes. E sua maior preocupação diária era conseguir alimentar a si mesma e a eles, seus filhos. A fome a assombrava todos os dias. No que consiste a relacionamentos, Carolina ressaltou, ao longo da narrativa, que se manteve solteira por opção, gerada pelas frustrações que teve, o que já se caracteriza como traços subversivos para as convenções da sociedade da época. Uma mulher que criou seus filhos sozinha e que demonstrou não acreditar no casamento, ela o via como uma prisão. Rejeitava os homens dizendo que tinha um propósito que era o de escrever um livro.

Por muito tempo, Carolina, praticamente todos os dias, escrevia em cadernos velhos que encontrava em meio ao lixo, que foi se tornando em diário. Até que um dia conheceu um jornalista chamado Audálio Dantas, que foi até a favela do Canindé com o intuito de realizar uma reportagem sobre o lugar e as condições de vida das pessoas que residiam nele, pois despertava interesse e curiosidade da imprensa local naquele período. Neste encontro, Carolina apresentou ao jornalista seus escritos, que, conseqüentemente, encantaram Audálio. O diário de Carolina tornou-se, tempos depois, no livro *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, que foi publicado

em 1960. Um verdadeiro sucesso de vendas no Brasil e em outros países, inclusive traduzido em treze línguas.

Mesmo tendo feito muito sucesso, algumas polêmicas surgiram com o lançamento da obra de Carolina. Enquanto alguns fizeram críticas negativas sobre o livro, outros questionaram a veracidade de sua autoria. Situações que permitiram pensar a ideia de preconceito de raça, gênero e classe, a se considerar que Carolina era uma mulher negra, pobre e da favela. Além disso, algumas críticas apontavam que o sucesso de Carolina se dava mais pela curiosidade, como se estivessem diante do exótico, do que pelo interesse intelectual de uma obra prima. Mas toda essa polêmica não ofuscou o sucesso de Carolina. Pois grandes nomes da Literatura Brasileira saíram em sua defesa, como Manuel Bandeira e Clarice Lispector.

Com o livro publicado e conseguindo obter algum recurso financeiro com a venda, Carolina deixou a favela e foi morar no Alto de Santana. Investiu parte do seu dinheiro na publicação de um novo livro intitulado *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), mas não obteve o mesmo sucesso. Ainda assim, Carolina recebeu homenagens importantes, como a da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo, bem como foi agraciada com a Orden Caballero Del Tornillo, na Argentina. Nos anos seguintes, são publicados, além dos já citados, as obras *Pedaços da Fome* (1963), *Provérbios* (1965), entre outros. Após obter êxito com *Quarto de despejo* e certa frustração com *Casa de alvenaria*, não demorou muito para que Carolina fosse esquecida pelo mercado editorial e pela imprensa, o que resultou em seu retorno à condição de vida de antes. Ela não voltou para a favela, mas, em 1969, ela se mudou com os três filhos para um sítio no bairro de Parelheiros, em São Paulo, onde viveu até seus últimos dias de vida, falecendo no dia 13 de fevereiro de 1977. E, desde então, forma-se um longo hiato de esquecimento após a sua morte.

Acredita-se que a força do movimento negro e do movimento feminista negro tenham contribuído para que o nome de Carolina voltasse aos discursos e estudos acadêmicos. Mulher negra oriunda da pobreza extrema, Carolina é hoje um dos nomes mais estudados, pois ela registrou de uma forma singular, literariamente, sobre a sua própria vida e trouxe temas sociais de alta relevância e complexidade, marcando, assim, a Literatura no Brasil e tendo seu nome como um dos principais símbolos para o movimento feminista negro.

Carolina se tornou, nos dias atuais, referência para a Literatura Afro-brasileira e/ou Literatura Negra. Tais termos são muito utilizados na academia para definir a produção literária de autoria negra, e, ao longo do tempo, tem sido alvo de significativos debates em relação ao sentido que representam. Pois,

para muitos teóricos e escritores do Brasil [...] tanto o termo ‘negro(a)’ como a expressão ‘afro-brasileiro(a)’ são utilizados para caracterizar uma particularidade artística e literária ou mesmo uma cultura em especial. Com base nesse raciocínio, ambos os termos são vistos como excludentes [...]. No caso do Brasil, por exemplo, se deveria levar em conta a cultura brasileira e não apenas a cultura negra. (SOUZA; LIMA, 2006, p. 12)

Basicamente, se quer dizer que tudo o que a branquitude produz é considerado Literatura Brasileira, mas, quando se trata da negritude, sua respectiva produção precisa de classificação, precisando pertencer a uma categoria, como *Literatura Afro-brasileira* ou mesmo *Literatura Negra*. É um debate complexo que permite observar essa questão tanto sob a ótica da exclusão como, também,

possibilita pensar que, embora se compreenda que tudo o que se produz literariamente no Brasil seja Literatura Brasileira, o não uso dessas especificações mantém, além da exclusão, a invisibilidade da produção literária de autoria negra, o que, na verdade, já vem ocorrendo historicamente. Enfim,

nessa lógica, o uso da expressão 'literatura brasileira' para designar todas as formas literárias produzidas no Brasil não conseguiria responder à questão: por que grande parte dos escritores negros ou afro-descendentes não é conhecida dos leitores e os seus textos não fazem parte da rotina escolar? (SOUZA; LIMA, 2006, p. 12)

Esse questionamento acompanha a sociedade há muito tempo. E ainda há muitos outros questionamentos a serem respondidos. Houve muitos silenciamentos. E, mais do que nunca, sabe-se da importância da reparação histórica. Mas, de qualquer forma, a intenção é esclarecer que o mais significativo a se fazer é propor reflexões e construir debates sobre e a partir da Literatura produzida no Brasil, e buscar melhor compreender os mecanismos de exclusão que foram legitimados historicamente pela sociedade, levando em consideração o que os próprios excluídos neste processo pensam/pensaram e dizem/disseram a respeito, de forma explícita e/ou implicitamente, por meio de seus escritos e registros. Faz-se importante observar como estes se reconhecem, sejam enquanto escritores, enquanto intelectuais que produzem e contribuem tanto na/para a Literatura como para a Epistemologia.

Segundo Duarte (2011), o termo *afro-brasileira* contemplaria um número mais significativo de escritores negros e/ou afrodescendentes, e a classificação *Literatura Negra* seria bem mais específica. O que, por um lado, é louvável, porque valoriza e enaltece os escritos e os escritores que foram apagados pela universalização histórica branca e masculina; por outro, há o risco de ocorrer ainda mais segregação. Tais considerações evidenciam a importância da discussão conceitual, que, embora não interfira, contribui com a necessidade de enaltecer a importância e a força que a produção intelectual, literária ou não, que as escritoras negras vêm ganhando nos últimos tempos.

Sobre esse processo de exclusão que ocorreu com muitas escritoras, está o caso da tentativa de apagamento/silenciamento de Carolina de Jesus e seus escritos por décadas, antes mesmo de sua morte. Uma grande escritora que obteve reconhecimento internacional com o seu primeiro livro, mas que não conseguiu com as demais obras que produziu, ainda em vida. Uma vez que isso nada tem a ver com a falta de qualidade de seus trabalhos, é interessante analisar a situação de Carolina sob a ótica da interseccionalidade, para compreender os motivos dela ter enfrentado tantos obstáculos e preconceitos enquanto mulher negra, mãe solo, querer tornar-se escritora, ser moradora de favela, ser pobre, entre outros fatores.

O fato é que Carolina foi silenciada pela historiografia da Literatura Brasileira, e retorna décadas depois com a força dos movimentos de grupos subalternizados, como o movimento negro e o movimento feminista que, a partir da década de 1970, passaram a ocupar cada vez mais os mais diversos espaços da sociedade, inclusive nas academias.

De todo modo, é interessante enfatizar/anunciar que a discussão/divergência existe, mas também se quer ressaltar/justificar que, como forma de enaltecimento, valorização e reconhecimento, há tanto tempo negados/silenciados, como no caso de Carolina, desde os últimos dias de sua vida, se quer aqui afirmar que Carolina de Jesus e seus escritos são, ao longo deste trabalho, acompanhados do termo **negro**, pois este é compreendido como forma de respeito e de reverên-

cia, sendo que, ainda nos dias de hoje, há a necessidade de romper e desconstruir o racismo estrutural em que a sociedade ainda se constitui, em diferentes espaços, em diferentes áreas e em diferentes discursos, e de que, infelizmente, na Literatura, durante muito tempo, se fez e ainda se faz presente.

2. Carolina de Jesus e o Feminismo Negro

Historicamente, a “diversidade da formação da população brasileira tem sido negligenciada” (BERTH, 2019, p. 58) nos mais diferentes espaços e discursos. E, nos dias atuais, “o reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Feminismo Negro”, estão conseguindo fazer “com que outros discursos e demandas venham para o centro da discussão”, como assegura Berth (*idem*). Dessa forma, “conceitos como lugar de fala e representatividade passaram a ganhar espaço e força” (*ibidem*, p. 59-60).

É interessante pensar que “lugar” é, talvez, uma das palavras-chave da narrativa e de Carolina enquanto escritora e enquanto mulher negra. Tudo gira em torno do lugar, seja ele geográfico, social, literário, de gênero, de raça, entre outros. Inclusive, o título dado à narrativa é *Quarto de Despejo*, que, metaforicamente, como já fora dito anteriormente, refere-se ao lugar onde Carolina morou, a favela do Canindé, e também pela forma como chegou até ele e como era morar neste lugar. Como ela bem descreve na passagem a seguir:

... As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quanto estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 1963, p. 33)

Observar a descrição que Carolina faz em relação ao lugar e sobre como é morar nele, compreende-se e se pressupõe o lugar social de Carolina. O lugar em que está uma mulher negra, pobre, residente de favela e mãe solo de três filhos. Por outro lado, entende-se que, tão importante quanto discutir o lugar, é discutir o não lugar, que, no caso de Carolina, está relacionado à invisibilidade da mulher negra intelectual. Além de Carolina, muitas outras experienciaram tentativas de silenciamento e apagamento. Não se pode esquecer que, mesmo com o sucesso de sua primeira obra, Carolina morreu ignorada e esquecida.

A obra de Carolina foi questionada e criticada pelo cânone, salvo alguns que saíram em sua defesa, e foi classificada como Literatura marginal, mas pode ser compreendida enquanto *Literatura de testemunho*. Sobre isso, é importante dizer que, de acordo com Salgueiro (2012, p. 291), “a noção fundadora de testemunho vem da chamada ‘literatura do Holocausto’, emblemática pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial”. Seligmann-Silva (2008, p.71) complementa que ocorreu “uma revisão da noção de literatura justamente porque do ponto de vista do testemunho ela passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real”, como é o caso da narrativa de Carolina. Para melhor esclarecer, Salgueiro (2012) nota que

há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho

(memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). (SALGUEIRO, 2012, p. 284)

Tal descrição contribui para justificar a classificação de *Quarto de Despejo* como Literatura de testemunho, uma vez que relata, de forma literária, a história real da vida sofrida de uma mulher negra que criava seus três filhos sozinha, em meio a tantas dificuldades, e, mesmo assim, buscava forças e inspiração para escrever sobre tudo o que lhe acontecia, em cadernos reutilizados, os quais ela transformou em diário. Diário este que, anos depois, se tornou a sua primeira obra de sucesso. Nele, constavam os traumas de uma mulher e sua luta por sobrevivência. Algo que também está no alicerce da luta do movimento feminista negro.

Por muito tempo, Carolina foi silenciada, e hoje sua voz se faz ouvir em muitos espaços e, por meio dessa voz, a de muitas outras mulheres. É imprescindível saber quem por muito tempo deteve o direito à voz, e de quem sempre precisou/precisa de autorização para falar, como afirmou Ribeiro (2019). Portanto, é necessário compreender que *lugar de fala* é saber que se trata muito mais do que uma simples emissão de voz, de falar, de emitir palavras, mas de se fazer ouvir, e isso está relacionado muito mais a uma questão/discussão com marcas/traços de subversão do que de inversão, como defendem Berth (2019) e Ribeiro (2019), que também alegam que “lugar de fala” tem a ver com saberes situados. E, neste sentido, Carolina foi uma mulher subversiva, que não se calava, que questionava, que não aceitava a condição de não lugar. Definitivamente, uma pauta feminista.

Faz-se necessário ainda considerar que Carolina viveu no auge da Ditadura Militar, momento da história em que as opressões contra as mulheres ainda era muito mais intensa. De acordo com Rago (2013),

desde os anos 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural. (RAGO, 2013, p. 24)

Carolina tinha um pensamento revolucionário que se compatibilizava com os movimentos sociais que ganhavam força na época, como o movimento negro e o movimento feminista. Embora não tenha feito parte desses movimentos, Carolina construía sua luta individual, pois, ainda que se diga que ela foi uma mulher com restrita instrução formal, era inegável a grande conhecedora que ela foi dos graves problemas sociais que historicamente assolavam o país, além da plena consciência de que ela era um desses oprimidos. Ela foi uma mulher que acreditava que os seus escritos eram o seu melhor e maior instrumento de denúncia contra tudo o que sofria. Não à toa, Carolina, assim como muitas outras mulheres intelectuais, viria a se tornar uma referência para o pensamento feminista negro.

De certa forma, é importante reconhecer que muitas mulheres negras construíram e deixaram o seu legado ao longo da história, mas que estiveram relegadas a um não lugar na historiografia durante muito tempo, e que somente agora nos últimos anos nomes como o de Maria Firmina dos Reis e o de Carolina de Jesus vêm sendo retirados do lugar de invisibilidade. Pois, o fato é que muitas mulheres negras

vêm historicamente produzindo saberes e insurgências. Colocá-las num lugar de quem nunca rompe o silêncio, mesmo com todos os limites impostos estruturalmente, seria confiná-las à mesma lógica que vem se combatendo? Seria confiná-las a um beco sem saída, sem qualquer possibilidade de transcendência. Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias. (RIBEIRO, 2019, p.75)

Tais questionamentos levantados por Ribeiro (*idem*), dentre outros que poderiam ser acrescentados, são essenciais para que se possa melhor compreender o que é lugar de fala, e, a partir dele, perceber, dentro desse projeto de colonização, quem sempre foram os sujeitos autorizados a falar (*ibidem*, p. 77). Outro ponto importante é o que alerta Spivak (2010, *apud* Ribeiro, 2019, p. 75) sobre o cuidado de não romantizar os sujeitos que resistem, pois mulheres negras que vivem em situação de pobreza, que trabalham arduamente para sustentar os filhos – sozinhas –, não podem se reduzir a uma simples história de superação, a se considerar que muitas mulheres no Brasil vivem em condições semelhantes ao de Carolina, e que só é possível classificar essa questão como um retrato cruel da desigualdade social no país, fruto da má distribuição de renda e ausência de políticas públicas.

Além do *lugar de fala*, outro termo muito utilizado é o *empoderamento*, e é possível considerar tanto a escrita de Carolina quanto a própria escritora como empoderadas. E, muito embora a palavra *empoderamento* seja muito utilizada, ela não têm sido explorada e compreendida na sua essência, como nos alerta Berth (2019). Faz-se necessário, inicialmente, perceber que se está diante de um conceito complexo, que vem sendo utilizado/explicado de modo equivocado e incompleto. Na maioria das vezes, sendo restrito a uma questão puramente estética, o que, na verdade, não a exclui, mas também não a prioriza. A estética é um dos pontos discutíveis dentro da compreensão de empoderamento. Berth (*idem*) anuncia que, embora seja um termo muito atual, para defini-lo, faz-se necessário voltar no tempo e (re)lembrar que Paulo Freire, uma das maiores referências na/da educação, já utilizava este vocábulo, ao inferir que *empoderar-se* é um processo que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora. No mais, Berth (*ibidem*) concorda e defende que a consciência crítica é condição indissociável do empoderamento, isto é, o instrumento de emancipação política e social (*Op. Cit.*, p. 45-54). É neste sentido que Carolina e sua escrita se classificam como empoderadas.

Dentre os equívocos de entendimento de *empoderamento*, nota-se compreendê-lo apenas como desenvolvimento *individual*; porém, Berth (*Op. Cit.*) defende que ele pode ser tanto quanto **coletivo**. Para a autora, essa dupla polaridade do verbete significa que há

duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. (BERTH, 2019, p. 54)

Dessa forma, compreende-se então que *empoderamento*, na verdade, é um fator resultante da junção de indivíduos que se desconstroem e se reconstroem num processo contínuo, tendo como resposta as transformações sociais que beneficiarão a coletividade (*Op. Cit.*, p. 54).

Quando se trata de *pontos de partida*, Ribeiro (2019, p. 60), baseada em Collins (2016), afirma que não se está falando necessariamente somente de experiências individuais, e sim de condições sociais que permitem ou não que grupos subalternizados acessem lugares de cidadania. Ribeiro (*idem*) frisa que a intenção *mister* é promover um debate estrutural, no sentido de entender como o lugar social ocupado por determinados grupos limitam oportunidades. O que pode levar a refletir questões como, por exemplo, *por que Carolina obteve sucesso com o primeiro livro e não com outros? E por que Carolina morreu esquecida pela imprensa e pelo mercado editorial?* Nas palavras de Ribeiro (2019),

a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização social dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos. (RIBEIRO, 2019, p. 60-61)

A partir disso, se compreende a necessidade de discussão e da análise de questões que envolvem sujeitos subalternizados à luz da interseccionalidade, e não se pensar na universalização do sujeito somente sob uma única categoria, por exemplo.

Por isso é tão importante compreender a noção de *lugar de fala*, sendo que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas poder existir” (RIBEIRO, 2019, p. 60-61), e, neste sentido, existir é ter voz, é ser ouvido, Ribeiro (*idem*) é incisiva e assertiva em dizer que lugar de fala é questionar, é “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”, e que isso nada tem a ver com o fato de ter uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (*ibidem*, p. 64), ou seja, “falar a partir de lugares é também romper com [a] lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer pensem” (*Op. Cit.*, p. 83). Por conseguinte, Ribeiro (*Op. Cit.*, p. 63) acrescenta que “não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços”. Eis o não lugar, ao qual muitos são relegados.

Também é medular compreender que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (*Op. Cit.*, p. 69). No entanto, o lugar ocupado socialmente faz o indivíduo ter experiências distintas e outras perspectivas. Inclusive, a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala levantam questionamentos sobre uma possível visão universal de mulher e de negritude. Lugar de fala é “lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (*Op. Cit.*). E isso Carolina fazia sempre.

Quando Spivak (2010) constrói seus escritos em torno do questionamento *Pode o subalterno falar?*, que intitula o seu livro, discutindo, também, várias questões de opressão de sujeitos em situação de subalternidade, em diferentes culturas, ela contribui com a presente discussão quando responde que

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher negra e pobre como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, p. 126)

Ribeiro (2019, p. 74) acrescenta que o discurso de Spivak ensina o quanto grupos subalternizados não têm direito à voz, principalmente, por estarem num lugar onde não se reconhece as suas humanidades. Isso significa que

Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? [...] Existe o mesmo espaço de legitimidade? (RIBEIRO, 2019, p. 77)

Além disso, outra questão que não se pode esquecer é sobre um dos equívocos mais recorrentes, segundo Ribeiro (idem, p. 82): a confusão que se faz entre *lugar de fala* e *representatividade*, pois, embora estejam interligados, possuem sentidos distintos. Bem como é importante, também, acrescentar que todos possuem lugar(es) de fala,

[...] pois estamos falando de localização social. E a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2019, p.85)

Para que uma fala/voz seja legitimada, é necessário que se tenha uma escuta. Sabe-se que há muitas vozes ecoando socialmente, mas nem todos estão disponíveis e dispostos a escutar. Mas, ainda assim,

[...] diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simetria causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente. (RIBEIRO, 2019, p. 86)

Sendo assim, pensar *lugar de fala* é tentar romper com o silêncio instituído para sujeitos subalternizados, é um movimento com o intuito de romper com a hierarquia, classificada por Derrida como violenta (idem, p.89). É importante considerar que esse movimento/pensamento vem ganhando forças nos dias atuais, pois

O reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Feminismo Negro, que se deu por uma disputa maior de narrativas desses movimentos com a expansão da internet, fez com que outros discursos e demandas viessem para o centro da discussão. (BERTH, 2019, p. 59-60)

É neste sentido que “conceitos como lugar de fala e representatividade passaram a ganhar espaço e força, ao mesmo tempo em que o contradiscurso, que almeja desestruturar essa evolução,

passa a esvaziar e/ou tirar a legitimidade deles, pela distorção ou cooptação” (*idem*, p. 59-60). Por isso é tão importante considerar que

A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje – ainda que a escravização de hoje seja oculta e consequente de séculos de escravização de fato, já que a abolição completa da escravização de pessoas negras nem foi processada de maneira correta pela sociedade e avançou pouco mais do que algumas mudanças de legislação, muito devido à negação de saberes, produção e potencial intelectual negra que foi, é e tem sido mais um caminho eficiente para mantê-la no lugar da subalternidade. (BERTH, 2019, p. 60)

Compreender tudo isso é compreender a importância dos movimentos atuantes contra toda e qualquer forma de opressão de gênero, raça e classe. Mas,

no caso de mulheres negras e seu peculiar posicionamento na encruzilhada das opressões que construíram nossa sociedade, para lembrar da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw, há uma invisibilidade que é consequência da articulação dos grupos subalternizados dentro da pirâmide social: afinal, sofre racismo o homem negro e sofre machismo a mulher branca. E onde fica a mulher negra? Não fica em lugar algum, ou fica em um não lugar. Ou como brilhantemente define kilomba, ocupa o lugar de “o outro do outro”[...] (BERTH, 2019, p. 60)

A mulher negra é oprimida duas vezes: inicialmente, pela condição de gênero e de raça; e, posteriormente, mais ainda na condição de classe. Temos Carolina como exemplo pungente dessa opressão dicotômica. Portanto a importância de compreender a identidade dos sujeitos subalternizados a partir de suas interseccionalidades. Carolina de Jesus era uma mulher, negra, pobre e mãe, não era menos ou mais uma coisa ou outra – tudo isso fazia parte de sua identidade.

Carolina sentia a dor e os traumas das condições em que vivia com os seus filhos. Mas questionava e não aceitava aquela situação. Sonhava em sair daquele lugar. Há uma passagem dela sobre este seu anseio:

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 1963, p. 76)

Ao observar estes dois espaços tão distintos, compreende-se que a comparação denota sentimentos de indignação, tristeza, sofrimento, preconceito, miséria, injustiça, impunidade, segregação, dentre outros; estas características marcam o lugar e seus habitantes.

Diante de tantas mazelas, a fome era a que mais perturbava e incomodava Carolina, e é uma das palavras que mais se revelam na narrativa, direta ou indiretamente, inclusive para a escritora, a fome tinha cor, a fome era amarela. Nas palavras da autora,

Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou aos meus olhos.

A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (JESUS, 1963, p. 36)

É quatro horas. Eu já fiz almoço – hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e reponho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está no alcance do favelado, fico sorrindo atôa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante. (JESUS, 1963, p.44)

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (JESUS, 1963, p. 27)

Como visto nestas passagens, a fome era uma das questões mais recorrentes. Carolina descreve inúmeras vezes a sensação de antes e depois de comer, de quem raramente conseguia realizar uma refeição mínima. Inclusive comparando a fome com a escravidão.

Ao longo da narrativa, Carolina também denunciava o racismo estrutural, citando a violência policial.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1963, p. 96)

Enfim, Carolina relata sobre situações de racismo, e (in)diretamente denuncia sobre a questão do racismo estrutural que se constituía e se instituiu na cidade de São Paulo na época e da condição de marginalização em que negros estavam condicionados socialmente, até os dias atuais, mas Carolina revela forte resistência contra o preconceito.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta [...] O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 1963, p. 58)

Carolina, sendo mulher, negra, mãe solo, solteira por opção, sofreu muitos preconceitos e julgamentos sociais em sua época. Sofria, mas, em grande parte do tempo, ela não se deixava abater,

resistia. Carolina era consciente de que ser mulher e ser negra se tornava cada vez mais desafiador numa sociedade patriarcal e racista.

Quanto “à origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher, e que esta se encontra na naturalização da diferença entre dois sexos” (BORILLO, 2010, p.30), a dita “ordem natural dos sexos” é o que determina uma *ordem social* em que o *feminino* deve ser complementar a do *masculino*, inclusive pela lógica da subordinação, tanto psicológica quanto cultural. Contrariando tal justificativa, Carolina não sentia a necessidade do casamento, de ter um marido, um companheiro, sendo uma mulher que já questionava o comportamento machista normatizado/normalizado da época.

A obra de Carolina (re)(des)vela muitas questões que propiciam as mais diferentes discussões e reflexões, como por exemplo, como se constrói o plurisentido do que é ser mulher, do que é ser mulher negra no Brasil de seu tempo e no Brasil de hoje. Mesmo diante de tantas injustiças e sob as condições de miséria em que viveu, Carolina encontrava na arte de escrever a força que precisava para continuar (sobre)vivendo e, ao mesmo tempo, intencionalmente ou não, transformar as agruras da vida em resistência contra uma sociedade predominantemente preconceituosa e injusta.

Para além desse sofrimento descrito e compreendido por meio de *Quarto de despejo*, está também o empoderamento de uma mulher que se fez e se faz tão maior quanto os seus escritos, bem como sobre o que se escreve(u) sobre ela. Em suas narrativas, o *eu ficcional* e o *eu real/autoral* de Carolina confundem-se. Ao longo da escrivência de Carolina, se reconhece a história e a experiência de vida de muitas outras.

Carolina sempre acreditou que um dia publicaria um livro, inclusive encontrava na escrita uma forma de aliviar suas dores, traumas, sofrimento e a fome, como se, de alguma maneira, se apegasse a uma esperança de vencer, mudar de vida. Para Seligmann-Silva (2008, p. 66), narrar o trauma, portanto, tem, em primeiro lugar, este sentido primário de desejo de renascer. À vista disso, *Quarto de Despejo* simboliza, à sua maneira, o renascimento de Carolina, quiçá a sua imortalidade.

Carolina foi uma mulher consciente do que é ser uma mulher negra, não tinha problemas de auto-aceitação estética, tinha consciência da desigualdade social e questionava o *status quo* sem medo. Na verdade, o que mais a assustava era a fome.

De acordo com Berth (2019), mulheres negras escritoras não tiveram espaços semelhantes ao universal branco e falocêntrico. Com Carolina não foi diferente, pois tivera a autoria dos seus escritos, a sua capacidade intelectual e a sua literariedade questionadas. Carolina, de alguma maneira, se tornou símbolo de empoderamento e, de acordo com os pressupostos de Berth, ela representa uma mulher empoderada, porque questionava e não aceitava as condições nas quais (sobre)vivia.

Quando se revisita a história de Carolina, é possível enxergá-la nesses traços. *Quarto de Despejo* representa denúncia social e resistência; afinal, era necessário e urgente, pois, segundo a própria Carolina, o Estado está presente apenas para reprimir. E, por tudo o que Carolina representa, especialmente para a Literatura de autoria feminina negra e para o pensamento feminista negro, foi que ela recebeu, em fevereiro de 2021, o título de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carolina de Jesus é atualmente um dos nomes mais citados e pesquisados, mas é importante enfatizar que nem sempre foi assim. Inclusive, após o sucesso de sua primeira obra, Carolina não

conseguiu obter o mesmo êxito em suas outras publicações; permanecendo, inclusive, esquecida após a sua morte durante muito tempo. Somente nos últimos anos, o interesse pela vida e a obra de Carolina passou a ganhar fôlego.

Quarto de Despejo é uma obra que continua atual, e possibilita (re)pensar sobre os (pré)conceitos e os estereótipos estruturais que se instituíram historicamente; é uma escrita de empoderamento. É o retrato da favela vista por dentro e por fora. De quem viveu de fato lá.

Em suma, a narrativa literária e pessoal de Carolina é a própria representação de muitas mulheres em situação de desigualdade de gênero, raça e classe; de mulheres que criam filhos sozinhas. É, finalmente e sobretudo, um livro de caráter testemunhal, que detalha com certa sutileza de esperança misturada à persistência e à insistente dor cotidiana, visível da desigualdade socioeconômica; sem dúvida, seus escritos passaram a representar uma arma crítica e de denúncia contra toda e qualquer forma de opressão.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: A história da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. Ebook S2 Books. 1ª Edição digital. São Paulo: Cultrix, 2019.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção *Feminismos Plurais*)

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares [Orgs.]. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAZÃO, Dilva. *Biografia de Carolina de Jesus*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 10 jul 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. Edição Popular, 1963.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. In: RIBEIRO, Djamila. [Org.]. *O que é lugar de fala?*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção *Feminismos Plurais*)



SALGUEIRO, Wilbert. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n.31, jul./dez. 2012. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610>. Acesso: 01 jul 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clínica*, Rio de Janeiro. v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria de Nazaré [Orgs.]. *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

